

# ASPECTOS PSICOSSOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DA MULHER<sup>1</sup>

**Bruna Tolomeu Silva<sup>2</sup>**

**Isabela Gonçalves de Laia<sup>3</sup>**

**Julia C. Freitas<sup>4</sup>**

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo discutir a influência dos aspectos psicossociais na construção da subjetividade da mulher. Entende-se por subjetividade o processo pelo qual algo se torna pertencente ao indivíduo de modo particular. Todavia, o fato de se referir a algo individual não significa que sua origem esteja no interior do indivíduo. Dessa forma, buscou-se apresentar como o contexto social em que a mulher está inserida pode influenciar na construção de sua subjetividade. A partir desse objetivo, procurou-se ampliar as possibilidades de compreensão da mulher e de seu modo de ser no mundo, logo, tornou-se importante frisar as implicações da influência da conjuntura social para sua saúde mental. Assim sendo, procurou-se levantar possibilidades de contribuição da Psicologia para a saúde mental dessa população.

**Palavras-chave:** Psicologia; Subjetividade da mulher; Interseccionalidade; Saúde mental.

## INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é discutir a influência do contexto social na construção da subjetividade da mulher brasileira, será levado em consideração a forma com que os fatores psicossociais interferem nessa construção. O tema é apresentado a partir da correlação entre os fatores psicossociais, incluindo a discussão sobre a interferência na construção da subjetividade em relação à interseccionalidade de gênero, raça e classe. Para além, pretende-se ressaltar as possibilidades de contribuição da Psicologia para a saúde mental da mulher, frequentemente impactada pelos estigmas e pressões existentes em nossa sociedade. Podemos entender que a interseccionalidade explica a discriminação de forma conjunta, ou seja, os atravessamentos de raça, gênero e classe não são abordados de forma individualizada. Através de novas correntes de pensamentos, fez-se necessário utilizar a combinação dessas categorias, e entender que não podemos pensar a discriminação separadamente, mas sim como sendo constituída por diversos

<sup>1</sup> Trabalho apresentado para a conclusão do curso de Psicologia do Centro Universitário UNA.

<sup>2</sup> Acadêmica de Psicologia

<sup>3</sup> Acadêmica de Psicologia

<sup>4</sup> Acadêmica de Psicologia

fatores que se interligam entre si (BRONZO; SILVA, 2021). De acordo com Souza *et al.* (2019), as mulheres fazem parte de um grupo importante para se discutir a respeito de saúde mental tendo em vista que são as mais suscetíveis a desenvolver alguns transtornos mentais por estarem mais vulneráveis a sofrerem violência e discriminações de gênero. Sendo assim, é imprescindível que haja um debate a respeito dos fatores protetores para a sua saúde mental, bem como sobre os fatores agravantes e potencializadores para o adoecimento psicológico. Assim, este artigo buscará contribuir para um maior conhecimento dessas influências e favorecer a reflexão sobre os impactos dos fatores psicossociais na vida e na saúde mental das mulheres brasileiras.

## 1 METODOLOGIA

De acordo com Gil (2008), a revisão bibliográfica é desenvolvida com base em livros e artigos científicos. Dessa forma, realizamos um levantamento bibliográfico das produções nacionais acerca da influência dos aspectos psicossociais na construção da subjetividade da mulher visando uma problematização acerca desse processo em relação às questões de gênero, raça e classe. Para isso, foram utilizados artigos no intuito de ampliar a concepção sobre o tema proposto. Eles foram divididos em dois tipos de leitura: uma explanatória, na qual foi feita a seleção com critérios sobre autor, ano, e assunto, e outra leitura mais aprofundada e seletiva, adentrando no tema para fortalecer a elaboração do artigo. Palavras chaves como psicologia, saúde mental, interseccionalidade e subjetividade da mulher, foram recorrentes nas pesquisas. Ampliaram-se também as áreas de saber, como o campo da sociologia e história, visando um conhecimento ampliado sobre o tema. Este processo de revisão contribuiu para gerar reflexão para sociedade e para a Psicologia frente a esse tema.

Foi adotada a revisão bibliográfica narrativa que se dedica, segundo Cordeiro *et al.* (2007), a: “apresentar uma temática mais aberta, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção. [...] A seleção dos artigos é arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva.” No decorrer da construção do artigo, buscou-se ter uma visão crítica entendendo o tema algo de fundamental importância para a formação em psicologia enquanto ciência e profissão. Conforme cita Minayou (2001, p. 17 apud LIMA; MIOTO, 2007), “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”. Dessa forma, entende-se a necessidade de problematização e discussão sobre a construção da subjetividade da mulher, assim como a influência e atravessamentos em sua saúde mental, visando a transformação coletiva.

## **2 CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DA MULHER CORRELACIONADA AOS FATORES PSICOSSOCIAIS**

Ao debater acerca dos aspectos psicossociais, faz-se necessário discutir suas implicações na vida do sujeito que se reconhece e se constrói a partir do meio social que é fundamentado em opressões. Sendo assim, é extremamente importante questionar sobre a construção da subjetividade da mulher frente aos fatores psicossociais e suas possíveis implicações nesta construção e, também, problematizar acerca dos processos de subjetivação das mulheres relacionando questões sociais presentes na contemporaneidade como as questões de gênero, raça e classe. Por conseguinte, torna-se fundamental levantar possíveis possibilidades de contribuição da Psicologia para a saúde mental da mulher.

A construção da subjetividade de uma pessoa pode ser definida pelos fatos e contextos sócio históricos que a circundam. Como esses fatos são variáveis, o indivíduo poderá assumir diferentes comportamentos, influenciado pelo contexto em que se encontra. Para compreender a contribuição dos fatores psicossociais na construção da subjetividade da mulher, levaremos em consideração os aportes teóricos trazidos por Zanello e Medeiros (2018, p. 398). Segundo as autoras, “a ligação da saúde mental com a biológica acaba por promover a biologização e a medicalização do sofrimento e, mais uma vez, afasta as questões sociais que afligem as mulheres no contexto da saúde”.

É preciso salientar sobre a importância que se discuta os diversos fatores de risco, bem como sobre os fatores agravantes e potencializadores de adoecimento psicológico das mulheres, e, também, sobre a necessidade de elaboração de políticas públicas condizentes com este cenário. Gonzáles (2003, apud. XAVIER; ROCHA, 2017) também aponta sobre a influência que o contexto histórico possui na construção da subjetividade. Segundo o autor, a subjetividade é construída através de processos complexos que são classificados como sendo processos sociais, políticos e ideológicos. Com isso, pode-se dizer que a cultura também possui um papel importante nesta influência, pois é através dela que questões como gênero e raça, por exemplo, são produzidas. Verifica-se, que a construção da subjetividade é amplamente influenciada pelo meio em que o sujeito está inserido. Segundo Silva, Oliveira e Zanello (2019, p. 3) “os sujeitos são subjetivados por uma série de representações produzidas e difundidas em múltiplas instâncias discursivas”. Sendo assim, na produção da subjetividade, o indivíduo não só absorve os elementos de subjetivação vinculados ao momento histórico e social como também os transmite, ocasionando construções mútuas.

Por consequência, é importante ressaltar que as formas de subjetivação são alteradas de acordo com o contexto do período sócio histórico em que o sujeito se apresenta. De acordo com Lane (1989, p. 12), “esta desconsideração da Psicologia em geral, do ser humano como produto histórico-social, é que a torna, se não inócua, uma ciência que reproduziu a ideologia dominante de uma sociedade”. O sujeito na perspectiva da referida autora, deve ser analisado pela Psicologia como sendo um ser histórico-social, construído ao passo que experiência os encontros com o outro. Ele não pode ser compreendido pelo viés dicotômico, pois essa visão pode acarretar uma percepção incorreta de suas atitudes e modos de ser no mundo. Ao olhar o sujeito de acordo com essa dimensão, a psicologia possibilita a compreensão dele como ser social que transforma a natureza ao passo que transforma a si mesmo (LANE, 1989).

Nesse sentido, aumentar o conhecimento das influências dos aspectos psicossociais na vida da mulher, potencializará o processo de reflexão sobre a promoção e manutenção da saúde mental e emocional desta. Ao levantar essas questões, se faz necessário refletir sobre as possíveis contribuições da Psicologia frente a essa temática. Entendendo o modo de ser da mulher no mundo e a relação entre a subjetividade, o social e o adoecimento psíquico, a Psicologia poderá propor intervenções. Ao produzir conhecimento com enfoque nos fatores sociais que constituem a subjetivação da mulher, a Psicologia contribuirá com conteúdo para a área e campos afins. Refletir sobre a mulher e seus aspectos subjetivos frente à sociedade brasileira é papel da Psicologia como ciência e profissão, além de ser um compromisso social.

### **3 PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO E A INTERSECCIONALIDADE**

Pretendemos trazer considerações sobre a influência que as questões sociais presentes na contemporaneidade possuem na construção da subjetividade das mulheres brasileiras trabalhando com os recortes de gênero, raça e classe. Pesquisas em diversas áreas de atuação trouxeram levantamentos importantes para este assunto, o que é de grande valia para a Psicologia, uma vez que esta reflete sobre o indivíduo e sua subjetividade. Assim sendo, nota-se a importância de ser abordado o conceito de interseccionalidade e sua influência no processo de subjetivação da mulher.

Interseccionalidade é um termo utilizado para denominar a correlação existente entre raça, gênero e classe. Ele nos permite compreender acerca das desigualdades e opressões existentes em nossa sociedade. O termo foi sistematizado por Crenshaw, no ano de 1989, apesar de discussões sobre o tema terem surgido na década de 1970 com o movimento feminista negro. Segundo Crenshaw (2002), interseccionalidade é:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002).

O tema obteve maior notoriedade na segunda metade dos anos 2000, a partir de uma perspectiva interdisciplinar com as pesquisas de Crenshaw e outras pesquisadoras (HIRATA, 2014). O conceito é utilizado como uma ferramenta para apontar que não existe separação entre o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado, cujas questões culturais e estruturais atingem mulheres negras através da correlação entre eles. Segundo Crenshaw (1993 apud RIBEIRO, 2019), a interseccionalidade nos permitiu enxergar que as estruturas se esbarram simultaneamente e permanecem interligadas, além de produzirem mecanismos de opressão que não ocorrem isoladamente. Mulheres brancas e de classe social alta podem apresentar um papel opressor em relação às mulheres e homens negros e/ou de classe social mais baixa, mas podem ser oprimidas por homens brancos (SILVA; MENEZES, 2020 apud BELL HOOKS, 1984). Como dito anteriormente, a interseccionalidade nos permite compreender como o gênero, a raça e a classe, se sobrepõem e demonstram que o sexismo, o racismo e as estruturas sociais, tendem a excluir e discriminar sujeitos. Para compreendermos de que forma estes aspectos influenciam no processo de subjetivação das mulheres, iremos contextualizar brevemente acerca de cada conceito.

No século XIX, o cotidiano das mulheres brasileiras se baseava na realização de afazeres domésticos e cuidados familiares, enquanto os homens eram responsáveis por afazeres externos, tal lógica de divisão era reforçada pela cultura da época. Vale ressaltar, que o cotidiano dessas mulheres se modificava conforme a condição social e cor da pele, as mulheres negras sempre trabalharam. A vida da mulher era limitada e não era delegado a ela a discussão política na sociedade, por isso, não havia envolvimento e nem participação neste assunto. Para boa parte das mulheres da época, o conhecimento não era necessário, o que importava era fazer da melhor forma sua função social, sendo o pilar de sustentação da casa (ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DO GTGÊNERO/ANPUH, 2014). Segundo Silveira *et al* (2014), a mulher sempre ocupou - e continua ocupando - papéis de submissão ao homem, tal organização foi por muito tempo apresentada como sendo natural e as diferenças biológicas tiveram grande destaque para compor essa narrativa. O homem estaria ligado à sua força física e à capacidade de raciocínio, a mulher, por sua vez, teria responsabilidade pela gestação dos filhos e cuidados com o lar. Era colocado a ela o papel como possuidora de maior sensibilidade afetiva, que seria inata, isto legitimaria a superioridade masculina como algo determinado pela natureza.

Segundo Alves e Pitanguy (1991, apud BORIS; CESÍDIO, 2007), surgiram protestos para igualdade de direitos no século XIX, com o nascimento do movimento feminista. Com isso, a mulher alcançou seu espaço na sociedade, obtendo o direito de trabalhar fora de casa e de votar, esta mudança acompanhou as modificações na política e economia. Melo e Montoya (2016), mencionam que a entrada das mulheres no mercado de trabalho foi algo positivo, porém elas enfrentaram dificuldades no ambiente profissional, como desigualdade salarial e vulnerabilidades, vale lembrar que, para as mulheres pretas, essa situação se agravava ainda mais.

Apesar do avanço em relação aos direitos das mulheres, elas continuam a encontrar problemas estruturais que perpetuam dificuldades em diversos aspectos. Podemos citar a desigualdade salarial e a discriminação no mercado de trabalho com as mulheres ocupando poucos espaços de poder, inclusive na política. Há também um aumento nos casos de violência contra a mulher, entre outras formas de violência e discriminação. Respeitar os direitos humanos é romper violências perpetuadas de uma sociedade que não assume compromisso com suas mazelas sociais. A sociedade atual promove o adoecimento físico e mental, mas também pode promover mudanças significativas no papel da mulher em comunidade, e com isso, responder demandas sociais que englobam e desencadeiam a violência de gênero.

Um princípio elementar é questionar o mito de que a mulher seria a única prejudicada pela cultura machista. É preciso levar em conta que os homens também estão sujeitos aos efeitos dos lugares sociais pré-estabelecidos por essa cultura, cuja rigidez pode despojá-los de viver plenamente suas potencialidades e subjetividades (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Visando a atenção psicossocial e as possibilidades de intervenção nos contextos de violência contra a mulher, conforme aponta o Grupo de Referência IASC sobre saúde mental e apoio psicossocial em emergências humanitárias (2021), recomenda-se uma pirâmide de intervenções em saúde mental e apoio psicossocial, na qual a base da pirâmide orienta a promoção de boas práticas comunitárias, visando a seguridade em serviços básicos apropriados (BRASIL, 2020). Em um segundo momento, indica-se o fortalecimento de apoios comunitários e familiares e, para o terceiro momento, orienta-se o apoio específico de agentes comunitários, seguido de serviços especializados. Portanto, entende-se que deve haver movimentação em toda a sociedade, para que se modifiquem as relações onde o fenômeno da violência se expande. Segundo o relatório em Direitos Humanos das Mulheres no Brasil publicado em 2018 pela ONU (Organização das Nações Unidas), foi constatado que:

O enfrentamento à violência contra as mulheres continua sendo um dos maiores desafios do Brasil para a promoção da igualdade de gênero. Pesquisas sobre percepção e experiência de violência apontam que 40% das mulheres brasileiras afirmam já ter sofrido violência por parte de um homem e 29% relatam sofrer ou ter sofrido violência doméstica. (...). Em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas

no Brasil, situando-se entre os países com as mais altas taxas no mundo, correspondente a 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018)

De acordo com a cartilha “Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19: violência doméstica e familiar”, produzida pela Fundação Oswaldo Cruz: “A violência é um fenômeno social, complexo e multifatorial que afeta pessoas, famílias e comunidades” (BRASIL, 2020). Portanto, entender a violência de gênero convoca a refletir sobre as mulheres da nossa sociedade, sendo elas meninas, profissionais, mães, estudantes, idosas, dentre outros recortes, por vezes mais vulneráveis a essa complexidade que a violência e sua relação com a subjetividade promovem na vida delas. A partir da análise acerca de questões de gênero, nota-se que diferentes sociedades impuseram valores e funções distintas para a mulher e para o homem ao longo da história. Esse processo gerou, e ainda gera, estigmas e reproduções de comportamentos que resultam em enfrentamentos de diversos impedimentos na luta feminina pelo reconhecimento como sujeitos de direitos. Entende-se o quanto o gênero é um marcador significativo nos processos de hierarquização social e quão indispensável é atuar para a promoção, proteção e reparação dos direitos das mulheres.

Para compreender o entrelaçamento entre raça, gênero e classe e a influência desta interseccionalidade no processo de subjetivação, iremos debruçar sobre as questões raciais e de classe no Brasil. O tema em questão está presente em nossa vida social, nas relações de poder, nas manifestações culturais e também nas experiências subjetivas. Assim, identifica-se que a temática raça ainda guarda traços de um regime escravocrata de relações. Heringer (2002) menciona que o último país do mundo a abolir a escravidão foi o Brasil, no ano de 1888, gerando cerca de quatro milhões de ex-escravos durante esse período. Os ex-escravos, embora teoricamente livres, tornaram-se marginalizados tanto em meio à cultura como também ao sistema econômico. De acordo com Oliveira e Kubiak (2019), foram três séculos de escravidão e, neste período, o negro era desvalorizado e a dominação branca usava como justificativa as características físicas e culturais para justificar a submissão e a inferioridade, o racismo era, então, reproduzido de forma explícita. Segundo Lemos e Souza (2018, apud MUNANGA, 2004, p.24-25), entende-se o racismo através da hierarquização das raças, este fato determina os processos morais, psicológicos e intelectuais, criando-se assim, a hierarquização de raças sobre outras.

Os processos de hierarquização de raças, ou sexos superiores, estão presentes no pensamento coletivo brasileiro, pois são construções culturais presentes até os dias atuais, o que reafirma ideias de superioridade entre raças. Entende-se que as significações simbólicas de opressão no cotidiano brasileiro, se estruturam não só em desigualdades socioeconômicas, mas

também em relações culturais (SANTOS; DIOGO; SCHUCMAN, 2014). Lemos e Souza (2018) mencionam que a história da escravidão no Brasil é um fato ainda não superado, portanto, quando olhamos para a mulher negra, podemos entender que ocorre uma sobreposição da opressão, devido à sociedade brasileira ser marcada também pelo machismo, e por questões de classe, o que afeta e agrava a situação das mulheres pretas em vulnerabilidades sociais. Ressalta-se a urgência da inclusão da temática racial na elaboração de políticas públicas, para que as mulheres pretas tenham seus direitos garantidos e efetivados. De acordo com os dados levantados pelo Geledés (Instituto da Mulher Negra), através do projeto “Mulheres Negras e violência, decodificando números”, realizado em 2017, as mulheres negras vivenciam diversas formas de violência devido aos impedimentos que a raça, a classe e o gênero impõem sobre suas vidas (CARNEIRO, 2017). Uma dessas violências se faz presente no acesso à serviços de saúde devido aos estereótipos acerca dos corpos dessas mulheres. Assim, é necessário que se faça reflexões sobre a falta de ações por parte do Estado no enfrentamento às violências e discriminações sofridas por esse grupo de mulheres na atualidade.

No Brasil, as relações raciais, de gênero e classe, tornam a população negra e as mulheres mais sujeitas a vulnerabilidades, dificultando seu acesso a políticas públicas, bem como informações básicas acerca da saúde mental. A pobreza no Brasil tem cor, temos 13 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, em sua maioria, mulheres negras e mães solo que são responsáveis pelo sustento do lar (SANTOS; SANTOS, 2021). A situação se agravou diante da pandemia do COVID-19, onde grupos sociais foram duramente afetados economicamente. Foram necessárias ações de políticas públicas para tentar amortecer o impacto econômico, podendo-se citar o Auxílio Financeiro Emergencial, estipulado pela Lei n.13.998, de 2 de abril de 2020. No entanto, as parcelas deste auxílio não se mostraram suficientes para custear a vida das famílias afetadas pela pandemia (MARQUES et al. 2021). A vulnerabilidade afeta não somente o indivíduo, mas também o coletivo, e isso está associado às configurações culturais, históricas e políticas como visto até aqui. Isso nos mostra que não se pode pensar no indivíduo sem falar de suas relações sociais (THEOPHIL; RATTNER; PEREIRA, 2018).

A partir da junção entre gênero, raça e classe, constrói-se uma sociedade de desigualdades e relações de poder, esses aspectos estão ancorados em relações históricas, econômicas, culturais e sociais, e, por serem assim estabelecidos, podem influenciar na construção da subjetividade da mulher. A questão central aqui a ser levantada, é a respeito da concepção do indivíduo enquanto ser no mundo e suas relações com os demais. Entende-se que ao analisar acerca da vivência das mulheres, deve-se considerar o contexto onde essa vivência ocorre.

Necessitamos rever nossos conhecimentos e práticas a partir de noções que entendam o homem como um ser constituído ao longo de sua própria vida, ao longo de sua ação sobre o mundo, na interação com os outros homens, inseridos em uma cultura que acumula e contém o desenvolvimento de gerações anteriores (BOCK, 2004).

A Psicologia deve e precisa refletir acerca dos impactos do contexto sobre as subjetividades, bem como acerca da interseccionalidade e seus atravessamentos, que podem promover modificações subjetivas, transformando assim, as experiências das mulheres. As respostas ao contexto social e histórico onde se está inserido não são aqui entendidas como causa e efeito, e, sim, entende-se que todas as experiências são constituídas subjetivamente, e que deve ser levado em consideração a forma como essas experiências são vividas por cada pessoa. Segundo Bock (1997):

A Psicologia não tem trabalhado assim. Tem descolado o homem dessa totalidade que o determina, estudando-o de forma isolada. Com esse procedimento, a Psicologia tem naturalizado o homem e o psiquismo acaba sendo tomado como algo já existente no homem, que se realiza, desabrocha, atualiza-se [...] (BOCK, 1997).

Dessa forma, entende-se que o desenvolvimento da subjetividade não deve ser compreendido como um processo natural, ele deve ser entendido e vinculado às condições históricas e sociais, para que, assim, vejamos que as mulheres possuem em seu processo de subjetivação, influências da sociedade em que estão inseridas, bem como das estruturas sociais que as atravessam. Esses processos podem vir a ser potencializadores de adoecimento mental, e interferir na saúde delas, de maneira que é necessário que a Psicologia reflita sobre possibilidades de contribuição frente a essa temática.

#### **4 POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA A SAÚDE MENTAL DA MULHER NO BRASIL**

Pensar em saúde mental remete a um conceito amplo e complexo que passa por mudanças em sua concepção com o caminhar da ciência no decorrer da história. Atualmente, a noção de saúde ultrapassa a concepção de ausência de doenças, assim como a perspectiva de saúde mental que, por demanda social, teve sua perspectiva ampliada para o comunitário, clínico e cotidiano.

O conceito de “Saúde Mental” (SM) é amplo, pelo que nem sempre é fácil a sua definição, e muito menos a identificação daquilo que a determina. No entanto, da mesma forma que o conceito de “saúde” se refere a “um estado de completo bem-estar físico, psíquico e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”, também a SM se refere a algo mais do que apenas a ausência de perturbação mental. Neste sentido, tem sido cada vez mais entendida como o produto de

múltiplas e complexas interações, que incluem fatores biológicos, psicológicos e sociais (ALVES, 2010).

Com os olhos da comunidade científica ampliados para a saúde mental e todos os fatores e fenômenos sociais que a englobam, a discussão se intensifica, enriquece e se expande para além da medicalização e de discursos biologizantes, com ações voltadas a analisar as questões fisiológicas e farmacológicas, não mais separados do meio social em que ocorrem. Dessa forma, este artigo propõe refletir sobre as mulheres e sua relação com o meio, e as possíveis influências deste em sua saúde mental.

A partir do exposto acima, verifica-se a influência dos fatores psicossociais na construção da subjetividade. A partir da noção teórica da relação entre os indivíduos e o meio social onde estão inseridos, advindos da Psicologia Social e Sócio histórica, conclui-se sobre a importância de se pensar o lugar social em que ocorre a construção dessa subjetividade mantenedora da saúde mental pensando o ser humano como um sujeito histórico e cultural. Portanto, com o entendimento sobre as implicações do meio na formação do sujeito social, qual vem sendo a produção da Psicologia que reflita acerca da relação entre fatores psicológicos, sociais, culturais na saúde mental das mulheres? Propõe-se, assim, problematizar o cenário que vem sendo oportunizado para elas, entendendo o seu processo de construção para propor intervenções, em específico, na realidade das mulheres brasileiras.

Indivíduo e sociedade são inseparáveis, segundo a dialética, pois o particular contém em si o universal, deste modo, se desejamos conhecer cientificamente o ser humano, é necessário considerá-lo dentro do contexto histórico, inserido em um processo constante de subjetivação/objetivação (LANE, 2002 apud BOCK *et al.* p. 46-56, 2007).

Partindo da argumentação sobre a relação da subjetividade da mulher com seu meio social e como tais fatores atravessam a saúde mental, destaca-se a análise dos fatores psicossociais como impulsionadores para a Psicologia contribuir e se comprometer com a referida temática. Há questões que perpassam, descritas como atravessadoras sociais, como a pobreza, urbanização, desemprego, educação, violência de gênero e acesso à saúde, que merecem destaque neste cenário. Pensar em uma Psicologia Social com um compromisso com a sociedade brasileira, é se haver com tal pauta de forma urgente para responder sobre as violações que a mulher vive na atualidade. Promover a seguridade social, acesso aos serviços de saúde, direitos humanos garantidos, cidadania e oportunidade de desenvolver-se como sujeito, é a base para se discutir a noção de saúde mental com coerência, visto que são fatores agravantes de transtornos mentais sujeitar o indivíduo à fome, violência, opressão e condições precárias de vida. Problematizar a realidade social das mulheres, entendendo a interligação com o meio que se vive, é o início da concepção sobre a saúde das mulheres. Portanto, se atentar para os fatores psicossociais nos quais a construção da subjetividade da mulher ocorre, é

englobar na discussão sobre a saúde mental, a noção do bem-estar social, sem o discurso simplista da ausência de doenças.

A saúde mental não é efeito apenas de componentes de ordem individual como o grau de habilidade pessoal em manejar emoções, sentimentos, comportamentos e relações sociais, mas engloba elementos de ordem cultural, social, econômica, política e ambiental. A qualidade das condições de vida relativas à renda e emprego, habitação, transporte, educação, assistência social, serviços de saúde e o grau de coesão social impactam no bem-estar e na saúde mental. Em cenários de desigualdades sociais há, conseqüentemente, grupos populacionais que são mais ou menos expostos a riscos para o desenvolvimento ou agravamento de transtornos mentais (DIMENSTEIN, 2017).

Desta forma, é necessário que a Psicologia, enquanto profissão e ciência, reflita de forma crítica sobre os modos de adoecer das mulheres, analisando a saúde mental de forma interligada com uma subjetividade fundada e permeada por várias intersecções, como o machismo, o racismo e o classismo, com seus desdobramentos seculares. É importante problematizar acerca do sofrimento psíquico e social da mulher como questão de saúde pública nas diversas esferas individuais e coletivas. As intervenções da Psicologia em favor da saúde mental da mulher não devem ocorrer somente "in loco", tendo em vista que a influência do ambiente em que a mulher está inserida, e do ambiente cultural a qual ela foi e está submetida são aspectos que podem propiciar sofrimento mental. Assim, é de suma importância que haja uma intervenção psicossocial no próprio ambiente sociocultural em que se vive, trabalha, estuda e existe. A Psicologia deve receber essa demanda, não somente lidando com possíveis patologias, mas, principalmente, estabelecendo parâmetros de pesquisa e atuação que potencializem mudanças reais no ambiente sociocultural. A intervenção da Psicologia neste ambiente deve ser pensada com o objetivo de gerar mudanças efetivas nas relações sociais dos indivíduos e na sociedade como um todo. A reflexão pode acontecer através do ambiente midiático na imprensa, nas redes sociais e, também, nas publicações que potencializem a publicação de pesquisas e trabalhos, inspirando e influenciando medidas governamentais que antevêm as consequências inerentes às práticas e condutas atuais da sociedade para com o indivíduo. A mudança de paradigma requer uma intensa e constante defesa dos direitos humanos. Entende-se, assim, que é de extrema importância o trabalho interdisciplinar entre a Psicologia e outras áreas para a contribuição em larga escala para toda a formação do conhecimento buscando uma melhor integração das demandas sociais e seus enfrentamentos, bem como a criação de políticas públicas que contribuam efetivamente com a saúde mental da mulher.

Essa concepção social do psiquismo deverá contribuir para que nossa prática e nossas análises da realidade humana possam ser "desvendadoras" das condições sociais. Assim, estaremos trabalhando para construir uma Psicologia política que, ao fazer seu trabalho, denuncia condições desumanas de vida, denuncia desigualdades, que até agora foram acobertadas por conceitos psicológicos como

diferenças individuais, potencialidades, autonomia e outros (BOCK, A. M. B, 1997).

Além de uma reformulação cultural necessária, coletiva no sentido macro político, como dito anteriormente, é preciso fortalecer os serviços de atenção à mulher, conhecendo e intervindo com recursos necessários. Ressalta-se que é necessário aprofundar na discussão sobre a análise da influência dos aspectos psicossociais na construção da subjetividade da mulher lançando luz acerca das possibilidades de contribuição da Psicologia para o tema.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do desenvolvimento deste artigo, observou-se a importância de estudos sobre a avaliação da influência do meio social para a construção e formação da subjetividade do ser social. A discussão permitiu compreender alguns dos vários aspectos que influenciam na constituição da subjetividade da mulher relacionando a saúde mental à realidade material em que se vive. A escuta e a disponibilidade em atender as demandas do sujeito, fazem parte do cotidiano dos profissionais da Psicologia, dessa maneira, entende-se que sua contribuição em prol da saúde mental deve ir ao encontro de sua acessibilidade. Ao verificar que fatores como classe, raça e gênero, são potencializadores de sofrimentos, entende-se que novas demandas surgem para a Psicologia e também se intensificam as antigas e as atuais. É necessário promover saúde e fortalecer diálogos entre a construção social, que permeia os modos de ser do indivíduo, e o campo científico, no que se refere às respostas frente ao desenvolvimento da sociedade e suas demandas.

Foi frequentemente observado que a realização de ações multidisciplinares que atuem frente a pesquisas que de fato forneçam ferramentas para mudanças no ambiente sociocultural é essencial para o convívio e existência da mulher em nossa sociedade. Sabendo disso, o debate e a problematização sobre o tema corroborarão para o aumento da qualidade da saúde mental da mulher, bem como a diminuição de lacunas sociológicas, como as mencionadas no decorrer do artigo. É importante que se adotem medidas governamentais e de políticas públicas e que essas sejam construídas também pelo viés de gênero, raça e classe.

Não se pretende aqui esgotar as contribuições sobre o tema, mas sim construir considerações acerca da relação subjetiva e histórica sobre a saúde mental da mulher e as possibilidades de contribuição da Psicologia frente a essa demanda social. Percebe-se, então, a necessidade de oferecer espaços dentro do contexto social que problematizem sobre o sofrimento psíquico e social da mulher com uma visão crítica considerando os processos políticos, sociais, culturais que tal pauta abarca. Assim, vemos que esta temática seja abordada como sendo uma questão de saúde pública.

Para além disso, compreendendo que os aspectos psicossociais como raça, gênero e classe influenciam na produção e constituição da subjetividade da mulher, percebe-se a relevância de se intervir e compreender os diversos modos de violência e opressão que este grupo enfrenta na atualidade. Levando em consideração os pontos analisados e levantados, destaca-se a possibilidade de potencializar estratégias positivas já existentes e praticadas para o enfrentamento das diversas violações de direitos da mulher, que resultam em danos para a sua saúde mental. Também é necessário orientar a formação acadêmica das(os) futuras(os) profissionais da Psicologia, para que esses desenvolvam e adotem ações preventivas, abordando toda a complexidade que o conceito de interseccionalidade elucida, integrando as demandas sociais e ampliando o conhecimento, atuando no todo, e na individualidade de cada mulher, possibilitando cuidado, acolhimento e transformação social.

## **PSYCHOSOCIAL ASPECTS AND THEIR INFLUENCE ON THE CONSTRUCTION OF WOMEN'S SUBJECTIVITY**

**ABSTRACT:** The article aims to discuss the influence of psychosocial aspects in the construction of female subjectivity. Subjectivity is understood as the process by which something belongs to the individual in a particular way, but the fact that it refers to something individual does not mean that its origin is within the individual. Thus, it was presented how the social context in which women are inserted can influence the construction of their subjectivity. From this point of view, we sought to expand the possibilities of understanding women and their way of being in the world, it is important to emphasize the implications of the influence of the social situation for their mental health. Therefore, opportunities of contribution of psychology to the mental health of this population were raised, so that actions that regarding this theme are generated.

**Keywords:** Psychology; Subjectivity of women; Intersectionality; Mental health.

### **REFERÊNCIAS**

ALVES, Ana Alexandra Marinho; RODRIGUES, Nuno Filipe Reis. Determinantes sociais e económicos da saúde mental. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 127-131, jul. 2010.

ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DO GTGÊNERO/ANPUH, 2014, Vitória. **As mulheres brasileiras no século XIX**. Vitória: UFES, 2014. Disponível em:

<[https://legpv.ufes.br/sites/legpv.ufes.br/files/field/anexo/karolina\\_dias\\_da\\_cunha.pdf](https://legpv.ufes.br/sites/legpv.ufes.br/files/field/anexo/karolina_dias_da_cunha.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2021.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para la psicologia atual. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 1, fev. 2004. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2004000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2004000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 out. 2021.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 37-42, 1997. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931997000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931997000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 out. 2021.

BOCK, Ana Mercês Bahia *et al.* Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia". **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 46-56, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000500018&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500018&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 15 maio 2021.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482007000200012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 04 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (CEPEDES/Fiocruz). Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Fiocruz). Programa de Investigação Epidemiológica em Violência Familiar (PIEV-IMS/UERJ). **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19: violência doméstica e familiar na COVID-19**. 23 abr., 2020. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41121>>. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher Princípios e Diretrizes**. Brasília – DF 2004. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nac\\_atencao\\_mulher.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2021.

BRONZO, Carla; SILVA, Marina. **Desigualdade de gênero na pobreza e três pontos para seu enfrentamento**. Disponível em: <<http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1534>>. Acesso em: 2 nov. 2021.

CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números**. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA-decodificando-os-n%C3%BAmeros-isbn.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência** / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br>>. Acesso em: 24 set. 2021.

CORDEIRO, Alexander et al. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, Nov./Dec. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-69912007000600012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-69912007000600012&script=sci_arttext)>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n° 1/2002, p. 171-188.

DIMENSTEIN, Magda *et al.* Determinação social da saúde mental: contribuições à psicologia no cuidado territorial. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 2, p. 72-87, 2017. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672017000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 out. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 2008.

GRUPO DE REFERÊNCIA IASC SOBRE SAÚDE MENTAL E APOIO PSICOSSOCIAL EM EMERGÊNCIAS HUMANITÁRIAS. **Como lidar com os aspectos psicossociais e de saúde mental referentes ao surto de covid-19**. Disponível em: <<https://interagencystandingcommittee.org>>. Acesso em: 24 set. 2021.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000700007>>. Acesso em: 18 maio 2021.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social [online]**. 2014, v. 26, n. 1, pp. 61-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>>. Acesso em: 18 out. 2021

JUSTO, Luís Pereira; CALIL, Helena Maria. Depressão: o mesmo acometimento para homens e mulheres? **Rev. psiquiatr. Clin.**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 74-79, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-60832006000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832006000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 maio 2021.

LANE, Silvia; **Psicologia social: O homem em movimento**. São Paulo: Editora brasiliense, 1989. Disponível em:  
<[https://geisamoterani.files.wordpress.com/2014/05/o\\_homem\\_em\\_movimento\\_silvia\\_lane\\_wand\\_codo.pdf](https://geisamoterani.files.wordpress.com/2014/05/o_homem_em_movimento_silvia_lane_wand_codo.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2021.

LEMOS, Leila; SOUZA, Caroline. **Interseccionalidade e feminismo negro: a violência contra a mulher não é apenas uma questão de gênero**. Disponível em:  
<<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/1047/1/INTERSECCIONALIDADE%20E%20FEMINISMO%20NEGRO.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis [online]**. 2007, v. 10, n. spe. p. 37-45. Disponível em:  
<<https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

LUDERMIR, Ana Bernarda. Desigualdades de classe e gênero e saúde mental nas cidades. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 451-467, setembro de 2008. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312008000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312008000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 maio 2021.

MARQUES, Ana Lucia Marinho et al. O impacto da Covid-19 em grupos marginalizados: contribuições da interseccionalidade como perspectiva teórico-política. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. Disponível em:  
<<https://doi.org/10.1590/Interface.200712>>. Acesso em: 23 out. 2021.

MEDEIROS, Mariana Pedrosa de; ZANELLO, Valeska. **Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas**. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 384-403, abr. 2018. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812018000100021&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100021&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 maio 2021.

MELO, F. M. D.; MONTOYA, A. J. A. **Empregabilidade: Problematização com ênfase em gênero e raça**, Junho 2016, Disponível em:  
<<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol16/artigo1dvol16-1.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2021.

OLIVEIRA, Beatriz Muccini Costa e KUBIAK, Fabiana. Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. **Saúde em Debate [online]**. 2019, v. 43, n. 122, pp. 939-948. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201912222>>. Acesso em: 11 set. 2021.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Relatório de Posicionamento: Direitos Humanos da Mulher**, julho 2018, Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/node/52612>>. Acesso em: 19 maio 2021.

RIBEIRO, Djamila (org.). **Interseccionalidade: feminismos plurais**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade\\_\(Feminismos\\_Plurais\)\\_-\\_Carla\\_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359)>. Acesso em: 18 out. 2021.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; DIOGO, Maria Fernanda; SHUCMAN, Lia Vainer. Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 17-32, jun. 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172014000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 11 set. 2021.

SANTOS, Francisca; SANTOS, Keurelene. Impactos da pandemia Covid-19 na vida das mulheres e a falha nas políticas públicas. **Revista Espaço Acadêmico**, Teresina, v. 1, n. 230, p. 189-200, set. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/55939/751375152630>>. Acesso em: 23 out. 2021.

SILVA, Edlene; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska. (Org.). **Gênero, subjetivação e perspectivas feministas. Brasília: Technopolitik**, 2019. Disponível em: <<http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/Genero%20Subjetivac%CC%A7a%CC%83o%20e%20PerspectivasFeministas.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2021.

SILVA, Roseane Amorim da; MENEZES, Jaileila de Araújo. A interseccionalidade na produção científica brasileira. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rey, v. 15, n. 4, p. 1-16, dez. 2020. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082020000400010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000400010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 out. 2021.

SILVA, Sergio Gomes. **Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher**. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932010000300009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300009)>. Acesso em: 04 maio 2021.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano; SPINDLER, Giselle. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. **Psicologia & Sociedade [online]**. 2014, v. 26, n. 2, pp. 323-334. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200009>>. Acesso em: 11 set. 2021.

SOUZA, Jacqueline de *et al.* **Promoção da saúde mental de mulheres**: a influência da saúde física e do meio ambiente. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0415>>. Acesso em: 2 nov. 2021.

THEOPHILO, Rebecca Lucena; RATTNER, Daphne; PEREIRA, Éverton Luís. Vulnerabilidade de mulheres negras na atenção ao pré-natal e ao parto no SUS: análise da pesquisa da Ouvidoria Ativa. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2018, v. 23, n. 11. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.31552016>>. Acesso em: 26 set. 2021.

XAVIER, Eliana Costa; ROCHA, Kátia Bones. Subjetividade e interseccionalidade: experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme. **Av. Psicol. Latinoam**, Bogotá, v. 35, n. 2, p. 267-282, agosto de 2017. Disponível em: <<https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/view/3804>>. Acesso em: 11 set. 2021.